

A CINEPEDAGOGIA ENQUANTO «GRANDE FUNÇÃO DO CINEMA».

DISCURSOS, MODELOS E EXPERIÊNCIAS DO CINEMA EDUCATIVO EM PORTUGAL (1920-1950): O CASO DO PORTO

JOANA ISABEL DUARTE*

Resumo: O presente artigo incide na análise de alguns dos discursos e das experiências do cinema educativo em Portugal durante a primeira metade do século XX. A cinepedagogia – como se apelida em fontes de época – refere-se às atividades de caráter pedagógico que tiram partido das imagens em movimento, tendo ganho acolhimento logo nas primeiras décadas de existência do cinematógrafo. Foi, contudo, a partir dos anos 20 que se desenvolveu uma verdadeira discussão em torno do cinema educativo, e que se prolongou na imprensa especializada com especial intensidade, grosso modo, até aos anos 50. A par de uma contextualização geral deste movimento, definiu-se como caso de estudo a cidade do Porto, onde precocemente se instigaram esforços na associação do cinema à educação.

Esta investigação tira partido de fontes habitualmente relegadas para segundo plano na análise da referida temática: as publicações especializadas em cinema. Estas fontes evidenciam não só o debate de ideias em prol do cinema educativo, como também noticiam concretizações neste âmbito. Assim, a par dos recursos bibliográficos revistos, a consulta da quase totalidade dos periódicos cinematográficos portugueses foi fundamental para traçar um percurso do cinema educativo em Portugal nas décadas de 1920 a 1950.

Palavras-chave: cinema educativo em Portugal; história do cinema português; pedagogia e cinema, revistas de cinema.

Abstract: The present paper aims to analyse some of the discourses and experiences on educational cinema during the first half of the 20th century in Portugal. The cinepedagogia («cinepedagogy») – as it is named in historical sources – embodies pedagogic activities that benefit from moving images. The use of cinema for education is discoursed since the first decades of the cinematograph, however, it was from the 1920s onwards that the discussion on educational cinema truly developed, and it lasted vividly until the 1950s. Along with a historical contextualisation of this movement in Portugal, the city of Porto was defined as a case study, for instigating the association of cinema and education prematurely and successfully.

This research takes advantage of sources that usually aren't used in the analysis of this phenomenon in Portugal: specialized publications in cinema, such as magazines and newspapers. These sources demonstrate the discussion regarding educational cinema and publicise the concretizations in this field. Therefore, the review of the Portuguese cinematographic magazines, along with bibliographic resources, was fundamental for this study.

Keywords: educational cinema in Portugal; history of Portuguese cinema; film magazines; pedagogy and cinema.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O reconhecimento das potencialidades do cinema como passíveis de serem estendidas ao âmbito do ensino escolar e da educação¹ é praticamente coetâneo ao surgimento do cine-

* CITCEM. joanaisabelfduarte@gmail.com

¹ Como veremos ao longo deste artigo, «cinema educativo» parece incluir demasiadas valências para a sua definição ser restringida ao âmbito escolar: utilizaremos, nesse sentido, uma aceção de «cinema educativo» ampla. Esta inclui os cineclubes, associações especialmente importantes a partir da primeira metade do século XX, que impulsionavam uma educação pelo cinema, seja através de sessões fílmicas, seja na organização de cursos cinematográficos. Da mesma forma, considere-se que

matógrafo. Através do cinema é possível testemunhar um evento particular que se torna suscetível de ser exibido enquanto fonte de informação, como nos demonstram os registos dos irmãos Lumière logo nos primeiros anos do cinematógrafo². Já os filmes históricos que proliferam na década de 10 e 20 do século XX, numa dimensão mais elaborada (desde logo pelo tamanho de metragem que passam a dispor), permitiram a recriação de determinados períodos da história versando (não raras vezes com imaginação) sobre personagens e episódios marcantes. Existem, igualmente, outros «géneros» passíveis de serem utilizados pelo cinema educativo: os filmes que se debruçam sobre o acontecimento contemporâneo³ e que fornecem um testemunho (ainda que este possa não estar completamente isento de ficção) de um momento histórico, assim como os filmes «documentais» na sua vertente científico-natural, como os da observação e do registo de fenómenos da natureza – úteis, por exemplo, ao ensino da Geografia e das Ciências. Estes filmes proporcionavam uma visão e compreensão do mundo bem distinta daquela que se baseia meramente na descrição textual ou mesmo da imagem fixa.

Para lá da capacidade de registo e/ou recriação de um fenómeno da ciência ou acontecimento da história, ao cinema também foi atribuída, precocemente, a capacidade de registar as culturas indígenas⁴, preservando, assim, questões culturais e identitárias, ligadas ao património de uma comunidade. Foi essa uma das lutas de Roquette Pinto, pedagogo brasileiro que em 1936 presidia o Instituto do Cinema Educativo e que defendeu uma educação menos livresca e que tirasse partido das potencialidades da imagem em movimento. Não se estranhará, portanto, que se reconheça e valorize desde cedo a atuação do cinema na educação das massas populares, sem a exclusão dos analfabetos⁵.

A utilização da imagem animada como parte de recursos pedagógicos já estaria presente desde o século XIX, através de instrumentos como as lanternas mágicas⁶ e outros equipamentos de fotografia animada (os animatógrafos, por exemplo), uma vez que «a imagem, destituída de qualquer ambiguidade, chegou à escola como uma forma de aproximar os alunos da realidade»⁷. Atualmente, não se deverá deixar de problematizar, é certo, como esta ideia de que a fotografia é equivalente à realidade pertence à ordem do mito. Todavia, no período a que nos referimos,

a existência de cinematecas e museus do cinema constituem importantes impulsionadores na formação da cultura cinematográfica. A título exemplificativo, a geração da *Nouvelle vague* vai atribuir a sua formação e conhecimento do cinema às exibições de cinema de Henri Langlois na *Cinémathèque Française* (BAECQUE, 1991: 25) e ao museu da referida instituição, que na altura era composto por objetos históricos ligados à arqueologia do cinema.

² Os Lumière filmaram acontecimentos do real, mas também episódios mais ou menos imaginados. O restauro e compilação de alguns dos filmes dos Lumière, realizada por Thierry Frémaux em LUMIÈRE! L'AVENTURE COMMENCE / LUMIÈRE! A AVENTURA COMEÇA (2016), revela essa dupla valência que existe nos seus filmes: se há casos em que se trata do registo do real, outros existem em que a *mise-en-scène* e o papel ativo do realizador não estavam de todo omissos, como às vezes se faz passar na historiografia do cinema.

³ Veja-se, por exemplo, o TRIUMPH DES WILLENS / TRIUNFO DA VONTADE (Leni Riefenstahl, 1935), que versa sobre o VI Congresso do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. O seu discurso laudatório e propagandístico, à época, visava incutir determinados preceitos. Nos anos que se seguiram e até aos dias de hoje, o filme pode ser analisado enquanto um documento do ambiente vivido e do discurso da divulgação do Congresso.

⁴ CATELLI, 2008: [4].

⁵ MORETTIN, 1995: 14.

⁶ BRUZZO, 2004: 162.

⁷ *Ibidem*: 160-161.

a possibilidade de tomar a imagem fotográfica como substituta do real, de tanta utilidade nas produções da cultura de massa, também revelou-se ao gosto da cultura escolar e estimulou uma prática de conhecer através de imagens⁸.

Os benefícios deste conhecimento por via das imagens animadas são facilmente apreensíveis e justificáveis. Estas possibilidades pedagógicas, que passam a ser aplicadas progressivamente ao cinema⁹, foram igualmente notadas precocemente: em Portugal, nos anos 20 do século XX, os «cinéfilos» revelavam já uma sólida vontade da educação pelo cinema. A divulgação deste fenómeno e da sua luta é indissociável do surgimento em massa de uma imprensa cinematográfica no nosso país. Com efeito, são numerosos os artigos na imprensa que se debatem por este tema e que demonstram bem como o cinema educativo é também uma forma de legitimação do próprio cinema, uma vez que ele acabava por apelar às elites educadoras e/ou intelectuais¹⁰. Não admira, pois, que os aficionados do cinema quisessem ver a sua incorporação no âmbito do ensino do conhecimento.

Este movimento, que surge principalmente a partir dos anos 20, não é exclusivo nem pioneiro no panorama português. Encontramos em Espanha, em França e no Brasil preocupações semelhantes, podendo tratar-se de uma tendência de época inspirada pelos preceitos da *Nouvelle education* de Adolphe Ferrière, que nos anos 10 e 20 germinaram um pouco por todo o mundo. A título exemplificativo, nos anos 20 e 30, no Brasil, o entendimento do cinema educativo como auxiliar de ensino foi discutido e defendido não apenas por cinéfilos, mas também por pedagogos desse movimento da «Escola Nova» brasileira¹¹ e muito apoiado por revistas de especialidade, sobretudo através da *Cinearte* (Rio de Janeiro, 1926-1942).

Na sequência deste enquadramento, pareceu-nos pertinente o estudo desta temática aplicada ao contexto português e, em especial, à cidade do Porto. Definiu-se esta cidade como caso de estudo por demonstrar, antetempo, preocupações e experimentações diversificadas no âmbito do cinema educativo. Sob o ponto de vista metodológico, e de forma a dar resposta a este intento, consultou-se a totalidade das revistas cinéfilas portuguesas publicadas entre os anos de 1912 a 2000, assim como a grande maioria de publicações periódicas especializadas em cinema publicadas no resto do país. A partir delas foi possível recolher notícias, testemunhos e crónicas relativas aos experimentos e debates «cine-pedagógicos» publicados entre nós. Foi, igualmente, a partir destes registos hemerográficos que se pôde delinear uma cronologia – entre 1930 e 1950 – que, segundo o nosso

⁸ *Ibidem*: 160-16.

⁹ Como se denota num artigo da *Invicta Cine* (Porto, 1923-1936), que contrapõe as «projeções luminosas fixas e animadas» às do cinema, ainda em 1932. O autor escreve: «as imagens animadas cativam e prendem a atenção; com elas o ensino é fácil, rápido e eficaz (...) as vistas fixas [servem para] (...) complementarem e simplificarem» (FILHO, 1932: [s.p.]).

¹⁰ Este intento de legitimação do cinema e a sua associação à educação é ainda mais patente nos anos 50 um pouco por toda a Europa. Compara-se o cinema à literatura e à pintura em afirmações como as seguintes «asistir a una proyección de 'Amanecer' [SUNRISE / AURORA (F.W. Murnau, 1927)] (...) equivale a una lectura de 'La Celestina' [obra atribuída a Fernando de Rojas, c. 1499] en clase de literatura» (OJUEL, 1956: [s.p.]), ou «de cine no se puede hablar con ligereza. Como no se puede hablar ligeramente de la Poesía, de la Música o de la Pintura. El cine es un arte, y exige el mismo respeto y (...) estudio que cualquiera de las demás Artes» (*Cine-club Universitario*, 1957: [s.p.]). Também em Portugal, na revista *Imagem*, Ernesto de Sousa produz ensaios das relações entre o cinema e a pintura, como Bazin havia feito para os *Cahiers du Cinéma* (Paris, 1951-). Estas ligações visavam claramente por o cinema ao mesmo nível das outras artes.

¹¹ MORETTIN, 1995: 13.

entender, corresponde às décadas mais expressivas da discussão do cinema educativo na imprensa. Assim, estas e outras fontes primárias (como os documentos legislativos e as licenças de obras) constituem o nosso *corpus* de análise que, em associação com uma revisão do estado da arte, convergiram na reflexão que adiante se apresenta.

A DISCUSSÃO DO CINEMA EDUCATIVO NAS REVISTAS DE ESPECIALIDADE (DÉCADAS DE 20 E 30)

As revistas de especialidade constituem uma fonte fundamental para acompanhar a discussão do cinema educativo, assim como para a compreensão da amplitude das experiências que se fizeram em torno deste, pois para além de publicarem artigos de opinião, divulgavam notícias.

Em Portugal, a «cinepedagogia» ganhou espaço de debate na imprensa especializada em cinema sobretudo nos anos de 20 e 30. A revista mais afamada desta época – a *Cinéfilo* (Lisboa, 1928-1939) – é uma das que mais luta pelo cinema enquanto instrumento didático. Para além dos numerosos e extensos artigos dedicados a esta temática, em 1928 a revista leva a cabo o *Inquérito aos cinemas da província*, um questionário que convidava os seus leitores a responderem sobre os equipamentos cinematográficos das suas cidades, e que incluía duas perguntas que visavam aferir o aproveitamento das potencialidades do cinema para a educação, a saber: «11. São projectados filmes e documentários educativos?; 12. Há, por acaso, alguma escola que use o Cinema para complemento de ensino, ou algum professor que reconheça as vantagens de semelhante auxílio?». Estas questões, que foram respondidas por mais de uma centena de localidades durante os números 18 (22 de dezembro de 1928) a 28 (2 de março 1929), demonstram como a função do cinema enquanto ferramenta educadora é precocemente valorizada. Uma análise às respostas de cada cidade e vila respeitantes a estes dois pontos do questionário é, pois, essencial para a compreensão do cinema educativo em Portugal¹².

É nesta mesma revista, em 1932 – ano em que se publicaram uma série de ensaios sobre este assunto por diversos autores¹³ – que Fernando Fragoso, um dos redatores mais ativos nesta temática, escreve um artigo em que parece confirmar, com evidente satisfação, que «o cinema educativo, nos liceus, vai ser, enfim, uma realidade»¹⁴. Fragoso anuncia que os fornecedores de películas designadas como «didácticas e culturais» seriam distribuídos pela *Coimbra-Films* e *Pathé-Baby*. Relativamente aos títulos e ao teor de tais fitas, nada pudemos apurar, nem mesmo a sua efetiva concretização. Certo é que, vários meses antes, o mesmo autor refletia e redigia sobre o que havia legislado relativamente ao cinema educativo¹⁵, fazendo alusão às propriedades da imagem em movimento na «formação científica, moral e patriótica» sublinhadas em 1932 no *Decreto n.º 20741*¹⁶.

¹² Os limites deste artigo não possibilitam a inclusão de tal estudo, objeto do nosso interesse para futuras investigações mais aprofundadas.

¹³ Destacam-se, por exemplo, os seguintes: DIAS, 1932: 3; FRAGOSO, 1932a: 3-4; FRAGOSO, 1932b: 3.

¹⁴ FRAGOSO, 1932a: 3-4.

¹⁵ FRAGOSO, 1932b: 3.

¹⁶ *Decreto n.º 20741*, 1932: 90.

Na aceção deste documento jurídico, o cinema é considerado um trabalho *circum-escolar* a ser, preferencialmente, incorporado no âmbito de associações da escola¹⁷ que, por sua vez, deviam contar com a presença do Reitor, diretor de classes e professores.

Recorde-se que o cinema educativo se desenvolveu como uma prática pedagógica inovadora inscrita na Educação Nova portuguesa¹⁸ durante o Estado Novo. Nesse sentido, a utilização do cinema na escola, segundo o artigo 149 do referido Decreto, deveria visar o «ensino objectivo e à educação moral e patriótica dos alunos. O conhecimento das regiões de Portugal – continentes, ilhas e colónias – será amplamente dado pelo cinema escolar»¹⁹. Sobre este último aspeto, repare-se como muitos dos filmes que antecederam as longas-metragens em salas de exibição portuguesas – implicação da famosa «Lei dos Cem Metros» (estabelecida no *Decreto n.º 13564*²⁰) – possuíam, igualmente, este pendor «formativo», *i.e.*, de exibição dos monumentos portugueses, com atores, realizadores e motivos lusos²¹. A leitura dos decretos mencionados, legislados durante a Ditadura Nacional e o Estado Novo, evidencia como as apreciações morais e patrióticas fazem parte, nesta época, de objetivos formativos e educacionais. Trata-se, pois, de um entendimento de cinema educativo que incorpora noções muito específicas e direcionadas ideologicamente. A corroborar esta ideia, existiram comissões especificamente dedicadas ao cinema educativo, cuja função era adquirir películas culturais e ceder empréstimos às escolas. Manuel de Alves San Payo, artista e fotógrafo do regime, fazia parte da Comissão do Cinema Educativo criada em 1932 pelo *Decreto n.º 20859*²², segundo as informações dadas ao *Cine Jornal* (Lisboa, 1935-1940)²³.

Para a *Cinéfilo*, as ações que se inserem no cinema pedagógico em várias partes do mundo são objeto de interesse e divulgação, sobretudo enquanto modelo para Portugal, como demonstra um artigo que destaca a Alemanha como um exemplo pioneiro do cinema educativo na Europa²⁴. A referência à Alemanha como país de boas práticas nesta matéria fora sublinhada já em 1930, desta feita pela revista *Crónica Cinematográfica* (Lisboa, 1930). As películas que passavam nas escolas alemãs ensinavam ginástica, educação física e história. Os redatores da *Crónica cinematográfica* elogiaram igualmente os moscovitas em relação à «cinepedagogia», já que o primeiro filme falado teria sido – segundo esta revista – realizado com o propósito de ensinar a ler²⁵. Não deixa de ser curioso notar que os dois exemplos mencionados como modelares sejam, nestes primeiros anos da década de 30, a Rússia e Alemanha, nações que muito investiram em películas de cariz ideológico e propagandístico.

Alguns anos mais tarde congratulava-se, na *Cinéfilo*, o Liceu Camões (Lisboa) por ter comprado um projetor para fins pedagógicos²⁶. No número seguinte, publica-se uma

17 *IBIDEM*: 120.

18 FIGUEIRA, 2003: 106.

19 *Decreto n.º 20741*, 1932: 90.

20 *Decreto n.º 13564*, 1927: 699.

21 Também em Espanha existia uma forma semelhante de «propaganda» similar: os «NO-DO» (Noticiarios y documentales), de aplicação mais tardia relativamente ao panorama português – entre 1942 e 1976.

22 RIBEIRO & ALVES, 2014: 153.

23 S.A., 1935a: 5.

24 ALMEIDA, 1932: [s.p.].

25 S.A., 1930: 3.

26 S.A., 1935b: 2.

ilustração de cariz cómico da autoria de Jean Bellus, que consistia na imagem de um professor, em contexto de sala de aula, que inquiria a um aluno «O que sabe o menino acerca de Cleopatra?», ao que este responde «Nada, não pude ainda ver o filme, sr. Professor»²⁷. De facto, os artigos de opinião a elogiar as iniciativas de incorporação do cinema para fins educativos, assim como a publicação de tiras cómicas desta índole, vincam bem, por um lado, a posição da revista face a esta temática e, por outro, como este assunto era da ordem do dia.

O cinema educativo não se confina, todavia, a esta aplicação exclusiva ao meio escolar. Na cronologia a que nos submetemos verificamos que as fontes consultadas reforçam que se poderá falar de um cinema educativo fora das escolas, como nos demonstram alguns artigos d'*O cinema do operário* (Lisboa, 1931-1932). A título exemplificativo, no Salão da Associação d'A Voz do Operário não se apresentava filmes como *José do Telhado* (Rino Lupo, 1929), uma vez que «o nosso salão tem grandes responsabilidades em matéria de educação popular». Em contrapartida, não baniam das suas telas as «películas policiais, os filmes russos, de tendência propagandística» pois estes filmes «são de declarado merecimento e sempre o seu valor artístico perdoa qualquer espécie de tendência, inofensiva aliás, que neles se esboce»²⁸. Outrossim, aconselham os frequentadores a trazerem crianças e para que «lhes chamem a atenção para os pormenores educativos das obras», já que a arte das imagens pode ser um dos mais poderosos auxiliares da educação²⁹. Artigos desta índole são frequentes ao longo do período de vida desta publicação.

Verificamos, a partir destes exemplos que evidenciam os modelos, iniciativas e campos de atuação, que ao longo destas duas décadas são frequentes os artigos que espelham uma preocupação com a educação e o cinema. Este cuidado surge em publicações especializadas tão distintas como as de divulgação cinematográfica ou as de cariz técnico³⁰.

Nas décadas que se seguiram, o cinema educativo continuou a ser alvo de debate e de experimentação no âmbito da imprensa e não só. Novos agentes, como os cineclubes (sobretudo os universitários) e os respetivos boletins, vão contribuir para um alargamento da discussão em torno da educação pelo cinema, que não é entendida somente para os ensinamentos básicos e liceais, como também para níveis superiores de educação.

O CINEMA EDUCATIVO NOS ANOS 50: O PAPEL DOS CINECLUBES UNIVERSITÁRIOS

Apresentamos, ao longo deste artigo, um panorama geral do que fora o cinema educativo durante as décadas de 20 e 30, anos em que mais se propugnou por uma arte cinematográfica que fosse útil à pedagogia. Todavia, na imprensa cinematográfica dos anos 40, são mais residuais as referências ao cinema educativo: a discussão parece ter refreado.

²⁷ BELLUS, 1935: 4.

²⁸ GASPAS, 1931A: 26.

²⁹ GASPAS, 1931b: 34.

³⁰ *Vd.* a revista técnica *Objectiva* (Lisboa, 1937-1941). Num artigo de 1937, esta revista reitera que «o cinema educativo não é apenas um divertimento» (BRAGA, 1937: 39-40), colocando uma vez mais a tónica numa maior legislação desta aplicação do cinema.

Contudo, deve-se ter em consideração que esta situação poderá dever-se, tão só, ao facto da própria imprensa especializada ter conhecido um declínio considerável no número de publicações editadas³¹.

A atuação do cinema educativo não se confinou, como vimos, aos infantes. A partir dos anos 50 reflete-se sobre a incorporação do cinema no meio universitário. Começam a surgir, em França e em Espanha, cursos universitários dedicados à arte cinematográfica. É o caso da Universidade de Valladolid, que no final dos anos 50 cria já um curso universitário sobre cinema. Por sua vez, a existência de cursos de cinema em Portugal é residual³², e sua associação à universidade surge apenas em 1963 com a abertura do primeiro Curso de Cinema do Estúdio Universitário de Cinema Experimental, promovido pela Mocidade Portuguesa³³, embora este seja de feição amadora e não incluído num programa de estudos académico.

A par dos cursos, surgem associações de cineclubes vinculados à universidade um pouco por toda a Europa. As preocupações manifestadas pelos universitários vão ao encontro do discurso que já conhecêramos nos anos 20 e 30. A título exemplificativo, atente-se na denominação e escopo de algumas revistas, como a espanhola *Cinema universitario* (Salamanca, 1955-1963), que propugnava pela inclusão dos universitários nos trabalhos de cinema e cultura cinematográfica. O cinema é entendido como uma realidade ao serviço de uma nova pedagogia, e sugere-se que

*quando el cine al fin sea adoptado por los hombres de ciencia y por las universidades, los hombres de la calle comenzaremos a encontrar, en nuestras butacas, el portentoso descubrimiento de la naturaleza (...). La ciencia (...) ahora puede llegarnos mucho mejor preparada con cine*³⁴.

Em Espanha desde os anos 20 que o cinema educativo ocupava um lugar de importância na discussão cinéfila, como comprova a existência da revista especializada *Acción Cultural Cinematográfica: Revista Mensual de Cine Educativo* (Madrid, 1931), que entendia o cinema como instrumento de instrução e divulgação cultural. Encontra-se, nesse aspeto, em coincidência com o panorama português, que nos anos 20 conhece pelo menos uma publicação dedicada a esse efeito: *O cinema educativo* (Gaia; Porto, 1926-1928). Nos anos 50, à semelhança do que ocorre em Portugal, este tema ressurge em força na colação cinéfila espanhola, como se evidencia pela existência da *Revista Internacional de cine* (Madrid, 1952-1963), também de pendor educativo³⁵. O cinema, ao ser transportado para academia, com as suas sessões a ter participações de professores, conhece a sua legitimação. Foi esse o desiderato dos cineclubes como o de Salamanca, que publica a revista *Cinema Universitario* com essa feição académica. Não se pense, todavia, que estes cineclubes e respetivas publicações eram apenas conhecidos pela comunidade estudantil

³¹ DUARTE, 2018: 43.

³² Foram levados a cabo, durante os anos 50, alguns cursos breves de cinema orientados por cineclubes e por revistas de especialidade. Cf.: DUARTE, 2018: 124.

³³ CUNHA, 2014: 325.

³⁴ PATINO, 1959: 37-38.

³⁵ FERRANDO; MONTERDE, 2018: 194-195.

regional: pelo contrário, sabemos, pela troca de correspondência (vd. N.º 5 de *Cinema Universitário*), que Manoel de Oliveira e o diretor do *Cine-club de Porto*, Alves Costa, seguiam atentamente esta publicação.

Quer tenham sido inspirados ou não pelas associações que se criavam no estrangeiro, certo é que também em Portugal conhecemos cineclubes que nascem no seio da Academia. Os casos mais famosos os do *Cine-Club de Coimbra* (CCC), cuja criação remonta à precoce data de 1946 e o *Cine-club Universitário de Lisboa* (CCUL), surgido em 1952³⁶. Uns anos mais tarde, a o *Cine-club de Coimbra* funda mesmo um Centro de Estudos Cinematográficos, que mantém, até hoje, a sua atividade. Este caso demonstra como o cineclubes não é apenas um lugar de exibição fílmica, mas sim um espaço de discussão e aprendizagem através do cinema.

CINEMA EDUCATIVO: O CASO DO PORTO (ANOS 20-50)

Na sequência da análise das fontes anteriormente referidas e que compuseram o *corpus* deste estudo, verificamos que se encontra bem documentado como a cidade do Porto primou pela diversidade, qualidade e precocidade de iniciativas no âmbito da «cinepedagogia». Por esses motivos, escolhemos a *Cidade Invicta* como um caso de estudo a ser explorado.

Com efeito, variados e notáveis são os esforços, em prol do cinema educativo, existentes na imprensa especializada (sobretudo na *Invicta Cine* – onde a vertente educacional é considerada «a grande função do cinema»³⁷) e nas associações culturais portuenses a partir dos anos 20. Numa revisão feita à generalidade das publicações periódicas especializadas em cinema³⁸, verificamos que é apenas no Porto que se dedica uma publicação exclusiva a esta temática, de acordo com os dados a que tivemos acesso. O *cinema educativo* (Gaia; Porto, 1926-1928) foi um mensário, inicialmente surgido em Vila Nova de Gaia, editado pela *Secção de*



Figura 1 – Frontispício com o cabeçalho do N.º 1 de *O Cinema Educativo* (1926).

Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto/BPMP (Cota: IX-2-106(6)).

³⁶ CUNHA, 2013: [5].

³⁷ Na *Invicta Cine*, que regressa frequentemente a esta temática, escrever-se-á em 1928: «O cinema como meio de educação [...] [corresponde à] segunda e grande função do cinema» (S.A., 1928: [p.1]), citação utilizada para o título deste trabalho.

³⁸ Vd. DUARTE, 2018, Vol. II.

arte e literatura infantil da Federação de Amigos da Escola Primária (FAEP) ao longo de 17 números, tendo-se trasladado a sua publicação para o Porto no número 3. Esta Federação estaria vinculada à Escola Básica da Alegria (Praça da Alegria, Porto), dado que o endereço da sede da Direção da FAEP reporta-se idêntico ao da escola. A publicação, com poucas páginas e parca em imagens, possuía um cabeçalho [Fig.1] bem ilustrativo do seu propósito: observa-se um ambiente de exibição cinematográfica composto por um projetor e crianças a assistir. É igualmente de destacar que numa época em que ainda não estão estabelecidos cineclubes – apesar de já existirem *clubs* e associações sob outras designações dedicadas à *arte muda* – o cinema já estava presente na vida associativa das escolas, tal como seria sugerido pelo *Decreto n.º 20741* alguns anos mais tarde, em 1932.

Logo no primeiro número deste periódico, noticia-se a doação de terrenos por parte da Câmara à referida federação para a criação de uma «Biblioteca-Cinema-Infantil», utilizando um projeto que já teria sido aprovado pela Comissão de Estética³⁹. A fachada apresentada era da autoria do arquiteto António Martins Rosas e foi publicada no referido periódico [Fig. 2] e, segundo a mesma fonte, também no *Comércio do Porto*. António

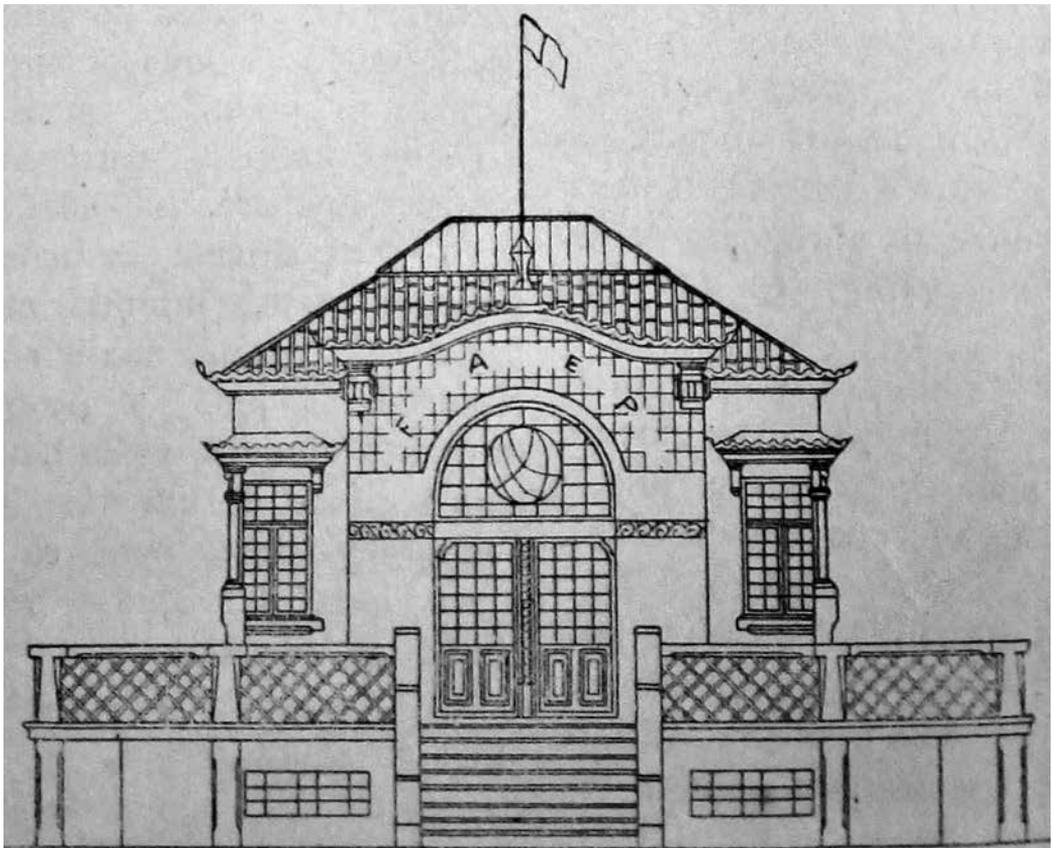


Figura 2 – Biblioteca-Cinema da FAEP. [Projeto do arquiteto António Martins Rosas]. *O cinema educativo*, n.º 5 (1927).
Fonte: BPMP (Cota: IX-2-106(6)).

³⁹ S.A., 1926a: 2.

Martins Rosas assina vários projetos de arquitetura no Porto e em Gaia nos anos 20, desde construção predial, habitacional, comercial a garagens de automóveis. É de destacar a versatilidade nos equipamentos que desenha, sendo que em alguns dos quais incorpora tendências da arquitetura vigentes, como na Garagem da Rua de Camões (Porto), datada de 1928 e onde se adivinha uma fachada inspirada pela Arte Nova ao nível de azulejos e gradeamento⁴⁰.

O alçado da «Biblioteca-Cinema-Infantil» [Fig. 2] evidencia um edifício com algum porte sob o ponto de vista formal, valorizado pelo eixo axial da escadaria e pela simetria dos volumes, bem como pelo amplo recurso ao vidro. Sendo um equipamento direcionado para crianças, afigura-se natural estar num estrato elevado e relativamente vedado com gradeamento. Apesar de se tratar de um edifício de exibição cinematográfica, os vãos envidraçados visíveis na fachada poderiam corresponder ao lugar do *foyer* ou mesmo aos espaços de «biblioteca», valência igualmente incorporada neste edifício. Inicialmente este projeto teria sido pensado para o Jardim de S. Lázaro, nas imediações da Biblioteca Pública Municipal do Porto, contudo, com o parecer da Câmara Municipal, a localização acabou por ser alterada para a zona do 24 de Agosto, num «dos talhões de terreno adjacente ao Palacete onde temos sede»⁴¹ (Praça da Alegria, Porto).

Pelo que conseguimos apurar, o edifício acabou por não ser concretizado, mas a referência a esta iniciativa, bem como um apoio inicial sob o ponto de vista camarário, não pode deixar de ser sublinhada. O facto do equipamento, não obstante aprovado, não se ter construído significa que só temos acesso a este projeto através das fontes periódicas, uma vez que não chegou a existir Licença de Obra⁴². Por este motivo, é difícil determinar com precisão a localização prevista para esse edifício que, como se denotou, nunca chegou a ser construído.

O mesmo periódico anuncia, constantemente, «sessões de cinema instrutivo e recreativo», e alguns dos títulos, ainda que sem ficha técnica, elucidam-nos das temáticas existentes nessas películas: «Vistas de Paris», «Coroação de Jorge V» ou «Fabricação de vasos no Japão» foram alguns dos motivos cinematográficos exibidos graças ao empréstimo da Escola Comercial de Raúl Dória⁴³. Esta escola, hoje desaparecida, foi uma das primeiras escolas comerciais na Península e baseava-se nos métodos de ensino de instituições europeias e americanas, colocando a tónica no ensino prático, com instalações e

⁴⁰ MADUREIRA, 2017: 37.

⁴¹ S.A., 1927a: 3-4.

⁴² Apesar de não constarem, no Arquivo Histórico do Porto (AHP), Licenças de Obras relativas a este projeto, procurou-se informação igualmente nos Requerimentos e Escrituras existentes na referida instituição. Foram consultados os *Livros de registo de requerimento* (Livros de porta) para os anos económicos de 1925-1926, 1926 e 1926-1927, procurando pelos requerentes «António Martins Rosas» e «Federação de Amigos da Escola Primária». Constatou-se que Martins Rosas, em 1925, requereu a construção de um projeto (que não uma casa), mas esse registo não deu entrada no AHP. Encontraram-se, igualmente, pedidos da FAEP para a construção de «pavilhões» e referência a «bibliotecas» mas, apesar de terem dado entrada no AHP, encontram-se em falta e a sua consulta não foi exequível. Estes procedimentos e dificuldades da investigação sublinham a importância das fontes como as revistas – habitualmente descuradas nos nossos estudos cinematográficos – em contribuir para história dos cinemas locais. De outra forma, uma vez que não existe vestígio material nem projeto arquivístico, teria sido impossível conhecer intentos afins a este.

⁴³ S.A., 1926b: 4.

materiais didáticos para esse fim⁴⁴. Tal poderá significar que em 1926 talvez já existissem equipamentos cinematográficos na Escola Comercial. O certo é que no ano de 1938, segundo os registos patentes no *Álbum de Bodas de Prata do Director da Escola Comercial Raul Dória*, se faz referência a sessões cinematográficas «no cinema da escola»⁴⁵. Este espírito prático possibilitado pelas imagens em movimento está de acordo com os preceitos pedagógicas da Educação Nova, inspirada, como anteriormente referimos, pela *Education Nouvelle*.

Em novembro de 1926 a FAEP já possuiria uma máquina cinematográfica «igual à do Rivoli», motivo de orgulho por parte da Federação⁴⁶. As sessões de cinema ao ar livre, num edifício contíguo à escola infantil nas Fontainhas (Porto), também foram publicitadas⁴⁷. Sublinhe-se que, para além das notícias e iniciativas práticas de levar o cinema à escola, o periódico propugnou pelo debate da «cinapedagogia» e pela educação em geral – nesse sentido, publicam-se artigos de áreas não afins ao cinema, mas com elevado interesse sob o ponto de vista didático e de intercâmbio cultural: veja-se, por exemplo, o artigo de Wenceslau de Moraes sobre a educação no Japão (do N.º 14 ao N.º 17). A Federação primou ainda pelo incentivo à alfabetização e à escolaridade, como fica patente pelo cartaz dedicado a este tema [Fig. 3], desenhado por Cruz Caldas.

Esta iniciativa no âmbito escolar associativo, com direito a uma publicação de periodicidade mensal editada ao longo de vários anos, é, nesta cronologia e pelo que conseguimos averiguar, um exemplo único no país. Ainda que o edifício de cinema-biblioteca não se tenha, por motivos que não conseguimos deslindar, concretizado, o facto da Câmara Municipal ter oferecido terrenos para a criação de um «cinema-biblioteca-infantil» e de existir um alçado não será de se descurar.

Seria preciso, todavia, esperar umas décadas para que o cinema educativo voltasse à ordem do dia e com projetos que saíssem do papel. Uma vez mais, o associativismo – desta feita desvinculado da escola – assumiu um papel preponderante neste processo,



Figura 3 – Cartaz de propaganda à alfabetização. «Um homem sem instrução é um cego (...)», editado pela Federação dos Amigos da Escola Primária. Da autoria do caricaturista e maquetista António Cruz Caldas (assinado). Porto, 1929.

Fonte: Arquivo Histórico do Porto (Cota: D-CTZ/ANT2(17)).

⁴⁴ VIEIRA, 2010: 11.

⁴⁵ *IBIDEM*: 58.

⁴⁶ S.A., 1926c: 3.

⁴⁷ S.A., 1927b: 1.



Figura 4 – Programa de sessão infantil do Cine-clube do Porto, N.º 88 (26 de outubro de 1958). Arranjo gráfico dedicado a Jacques Tati, da autoria de António Quadros.

Fonte: Espólio de José Borrego (EPHEMERA, 2014).

Figura 5 – Programa de sessão infantil do Cine-clube do Porto, N.º 89 (9 de novembro de 1958). Arranjo gráfico habitual dos programas de sessões infantis, com uma «fantoche»-guerreiro a partir de um desenho animado de Emile Cohl.

Fonte: Espólio de José Borrego (EPHEMERA, 2014).

Figura 6 – Programa de sessão infantil do Cine-clube do Porto, N.º 145 (23 de dezembro de 1962). Arranjo gráfico dedicado a Charlie Chaplin.

Fonte: Espólio de José Borrego (EPHEMERA, 2014).

através do *Cine-clube do Porto*. Instituído em 1945, o cineclube criou uma secção infantil logo em 1952, tendo dedicado publicações a esta temática, como *O cinema e a criança* (1954), o último dos *Cadernos de Projecção* publicados pelo cineclube. Alves Costa, que sempre defendeu o cinema educativo nos periódicos onde era colaborador, escreve, em *Imagem* (Lisboa, 1950-1953), que se exibiria, nas sessões aos mais jovens, «um cinema que lhes descubra um mundo de coisas novas (a vida dos animais e das plantas, por exemplo), que vá ao encontro da sua inesgotável curiosidade ou da sua imaginação»⁴⁸.

Nesse sentido, a par dos boletins do cineclube, passam-se a criar e a publicar, igualmente, as programações direcionadas às crianças [Figs. 4-6]. Os programas de sessões infantis, à semelhança do que ocorria nas programações normais, eram da autoria dos colaboradores do *Cine-clube do Porto*, como António Quadros [Fig. 4]. Ademais das sessões infantis, é de destacar outras ações didáticas como a realização do «mais pequeno teatro do mundo», com criação de fantoches (desenhados pelo arquiteto Mário Bonito, também associado e colaborador ativo do cineclube) e cenários modernistas feitos pela esposa de Alves Costa, Helena Alves Costa⁴⁹.

De facto, os anos 50 foram um momento de redescoberta do cinema educativo, comprovado pelo acolhimento que este volta a conhecer na imprensa especializada. O *Cine-clube do Porto* é, por esta altura, um modelo no país e no estrangeiro pelas suas iniciativas, pela salvaguarda e exibição de património fílmico e por conter a «segunda maior biblioteca especializada em cinema do país»⁵⁰, ficando apenas atrás do acervo da Cinemateca Portuguesa (que de resto ajudou a construir). Considerado «um dos mais impor-

⁴⁸ COSTA, 1952: [s.p.].

⁴⁹ COSTA, [2008]: 45.

⁵⁰ JOÃO, 1958: 20.

tantes do mundo»⁵¹ por Jean Debrix, todos os seus pares emulavam-no. Mesmo o *Clube Imagem*, cineclubes lisboeta que nascera no seio da revista homónima, pretendia não disputar o título de melhor e maior cineclubes português – contentava-se, tão só, em ser «o grande cine-clubes de Lisboa»⁵². Assim, não estranhámos que, uns anos depois do *Cine-clubes do Porto*, o *Cine-clubes Imagem* crie também uma secção infantil, em 1957.

Ainda no âmbito do associativismo, sublinhe-se a existência de um *Cine-clubes universitário do Porto* a partir de 1954⁵³, mesmo que este nunca tenha tido a expressão dos seus congéneres de Coimbra e Lisboa.

O cinema como ferramenta escolar, que já fora, nos anos 20 e 30, aplicado na Escola Raul Dória, continua a ser uma realidade ao longo dos anos 50, nomeadamente na Escola Industrial Infante D. Henrique⁵⁴ – onde ainda hoje conservam, no seu espólio, câmaras de filmar e projetores desta época.

A nossa investigação mostrou que, nesta cidade, o cinema educativo conheceu experiências com algum fulgor no decorrer de várias décadas. Tendo em conta que existem poucos estudos deste tema aplicados às demais cidades do país, não é exequível tecer comparações entre regiões. Por outro lado, as fontes indicam que o Porto foi pioneiro nesta questão, circunstância que não se poderá considerar estranha se tivermos em conta que foi na cidade Invicta que algumas das primeiras experimentações do cinema português tiveram lugar⁵⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findo este estudo, verificámos que desde os inícios do cinema que existem tentativas de adaptar as potencialidades deste para fins educativos e/ou para a sua incorporação nas escolas. Em Portugal esta preocupação surge ao mesmo tempo que emerge a imprensa cinematográfica, mas tal não significa que se deva excluir a possibilidade de existirem intentos precedentes que reflitam sobre este tema nas publicações generalistas⁵⁶.

Tivemos oportunidade de demonstrar, desta forma, os feitos em prol da associação do cinema à educação ao longo de 30 anos, percorrendo os principais modelos e discursos sublinhados na imprensa especializada, assim como a posição legislativa face a esta temática, através da análise de alguns dos decretos mais significados produzidos nessas datas. De facto, é de sublinhar que o Estado Novo não se posicionou de forma indiferente face a esta questão: bastando para isso ver as disposições previstas no *Decreto n.º 20741* e as ações promovidas pela Mocidade Portuguesa entre o cinema e os universitários. Estas são apenas

⁵¹ C.B., 1952: [s.p.].

⁵² *Ibidem*.

⁵³ CUNHA, 2013: [5].

⁵⁴ RIBEIRO & ALVES, 2014: 157.

⁵⁵ Pense-se nas experiências cinematográficas de Paz dos Reis e Francisco Pinto Moreira, ainda nos finais do século XIX, bem como a produção da *Invicta Cine* (fundada em 1912) e edição da primeira revista portuguesa de cinema, a *Cine-Revista* (Porto, 1912).

⁵⁶ Com efeito, deve-se considerar a existência de pequenas rubricas dedicadas ao cinema na imprensa generalista, onde, nos anos 10, estas reflexões provavelmente começaram a emergir. Um estudo que abranja este tipo de imprensa poderá datar de forma mais precisa o início do debate pelo cinema educativo.

algumas das iniciativas que o Estado adotou para a inclusão do cinema num programa educativo abrangente, mas que não bastaram para agradar à maioria dos entusiastas do cinema, como nos demonstra a imprensa especializada e agentes como os cineclubes (que tentavam colmatar as faltas nesta matéria). Sublinhe-se, ainda, como esta preocupação se insere numa tendência que, como referimos, nos parece de época e transversal a vários pontos do globo: mencionamos brevemente o exemplo de Espanha nesse contexto.

O trabalho evidenciou a necessidade de se debruçar e refletir sobre os termos normalmente associados a «cinema educativo», que nem sempre significam, exclusivamente, «cinema escolar». A aceção do cinema como educativo, nos anos a que nos referimos, tem também muito que ver com a educação às massas populares, o que inclui os analfabetos e pessoas cuja escolaridade terminou prematuramente. Recorde-se, nesse sentido, a publicação do *Cinema do Operário*, suplemento d'*A voz do operário*, que não se destinava especificamente a um público infantojuvenil. Por sua vez, verificamos que «cinepedagogia» – termo muito vulgarizado nas fontes primárias, sobretudo nos anos 20 e 30 – não deverá ser entendido como sinónimo geral de cinema educativo, uma vez que corresponde apenas a uma parte (mais afeta à pedagogia) da definição do cinema educativo. Bem assim, o cinema enquanto educativo não se cinge a métodos e estratégias de educação ou de ensino disciplinar: recorde-se o papel dos cineclubes – inscrevam-se eles no âmbito universitário ou fora do âmbito escolar – na formação dos públicos, e que não poderá de deixar de se incluir na análise desta temática.

As limitações do nosso estudo, por estarem circunstanciadas aos documentos definidos para análise, foram assumidas nesta investigação. Consideramos que para um estudo holístico não bastaria a análise noticiosa e crítica das iniciativas publicadas em revistas, mas igualmente outros documentos que dissessem respeito à prática escolar na cronologia selecionada. Da mesma forma, a produção fílmica portuguesa passível de ser enquadrada na designação do «cinema educativo» merecerá um estudo aprofundado, cuja exploração não foi objetivo deste trabalho. Assim, algumas películas da *Lei dos cem metros* e o documentarismo devem ser atendidos para a abordagem desta questão. A título exemplificativo, denote-se que os «documentários de arte» feitos nos finais dos anos 50, por Baptista Rosa – veterano do jornalismo cinematográfico e que havia lutado pelo cinema e educação na década de 50 – têm um cariz que poderíamos designar como instrutivos.

A nossa reflexão foi essencialmente de cariz historiográfico⁵⁷, delineando alguns dos caminhos que se percorreram, nos anos 20 a 50 – décadas onde esta preocupação se manifesta, na imprensa, mais ativa –, para se chegar à aceitação e incorporação do cinema como um meio profícuo para a educação e reflexão. Outrossim, podemos considerar que a formação pelo audiovisual evoluiu do cinema educativo para a televisão educativa, e com a generalização do vídeo progrediu para o «vídeo educativo», disponível primeiramente em cassetes e, nos dias de hoje com o digital, em plataformas em linha⁵⁸. Existem

⁵⁷ Esta perspetiva de uma «história do cinema educativo» não parece ser a mais frequente nos estudos sobre a temática do cinema e educação. Todavia, para outros estudos desta ordem no panorama português, *vd.*, por exemplo, RIBEIRO & ALVES, 2014 e CUNHA, 2006, que abordam especialmente os anos do Estado Novo.

⁵⁸ OLIVEIRA, 2009: 5571.

numerosos estudos que refletem a importância do cinema como instrumento pedagógico e de reflexão na atualidade, seja no âmbito da escola⁵⁹, mas também fora desta⁶⁰: de facto, o cinema como ferramenta educativa, tal como no passado, não se confina (nem deve confinar-se) a um contexto escolar.

Sublinhe-se, nesse sentido, o trabalho das Cinematecas, que continuam a desempenhar um papel fundamental na difusão e instrução do cinema nos seus museus e serviços educativos, assim como as associações culturais onde o cinema tem cabimento. Por sua vez, a maioria dos festivais de cinema em Portugal merecem também uma menção por possuírem alguns serviços educativos abertos à comunidade geral.

No contexto estritamente escolar, a iniciativa mais recente e glosada é a do Plano Nacional de Cinema, estabelecido a partir de 2013. Este plano responde ao objetivo de valorizar a herança cultural do cinema e impulsionar a literacia filmica no meio escolar, levando os alunos às salas de cinema, ensejo que, como vimos, era já antigo. O cinema poderá, assim, constituir um contributo importante para potenciar «codificações e desco-dificações significativas do(s) nosso(s) mundo(s)»⁶¹, ao ser entendido como um «espaço pedagógico para a ampliação de horizontes»⁶², e que já não se restringe ao seu poder de *mostrar* a que se referiam os redatores e pedagogos de inícios do século passado. Para lá das vertentes «demonstrativas» do cinema,

*a sétima arte detém múltiplas funções: informa, educa, consciencializa, promove reflexões, suscita a curiosidade, divulga conhecimento e estimula o autoconhecimento [...] com a utilização do cinema estamos também a agitar sentimentos e fomentar a curiosidade de quem o vê*⁶³.

É notável como as noções sobre as potencialidades do cinema se alteraram, aumentando o seu espectro a áreas que não apenas as do conhecimento programático ou disciplinar (da esfera da História, Geografia, etc.).

Nesta «luta» – que, como vimos, nem sempre foi frutífera em termos de concretizações efetivas, e, quando foi, resultaram a um ritmo compassado – moveram-se cinéfilos que se organizaram em associações e produziram dezenas de artigos a refletir e debater o cinema e as suas potencialidades educativas ao longo de 30 anos; produziram ainda exemplares de grande criatividade e apelo gráfico afetos a este tema e, até mesmo, projetos de arquitetura (mesmo que não tenham chegado a construir-se). De facto, no âmbito do Porto foi possível, através das revistas, boletins, programas de sessões e documentação escolar, documentar alguns dos feitos desenvolvidos nesta contenda. Esperamos, assim, que este artigo tenha contribuído não só para o alargamento da visão do cinema educativo em Portugal, como para a valorização das referidas fontes no estudo desta temática. No nosso entender, fica comprovado como a partir de alguns dos documentos referidos

⁵⁹ *vd.* PEREIRA, 2016; REIGADA, 2013.

⁶⁰ *vd.* RODRIGUES, 2016.

⁶¹ ALVES, 2018.

⁶² *Ibidem.*

⁶³ RODRIGUES, 2016: 16.

(nomeadamente as revistas ou o *Inquérito aos cinemas da província*) poderão resultar estudos pertinentes e inovadores no âmbito alargado dos estudos cinematográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Revistas

- Cinéfilo* (I Série). Lisboa, 1928-1939.
Cine Jornal. Lisboa, 1935-1940.
Cine-Revista. Porto, 1912.
Cinema universitario. Salamanca, 1955-1963.
Crónica cinematográfica: ecos mundiais do cinema. Lisboa, 1930.
Cine-club universitario S.E.U. Salamanca, 1953-1963
Imagem (I Série). Lisboa, 1950-1953.
Invicta Cine. Porto, 1923-1936.
O cinema do operário. Lisboa, 1931-1932.
O cinema educativo. Vila Nova de Gaia/Porto, 1926-1928.
Objectiva. Lisboa, 1937-1941.
Plateia (II Série). Lisboa, 1958-1986.

Arquivos

- ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO – *Livros de registos de requerimentos [Livros de porta]: 1925-1926.*
[Cota: A-PUB2615]
ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO – *Livros de registos de requerimentos [Livros de porta]: 1926.* [Cota:
A-PUB2615]
ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO – *Livros de registos de requerimentos [Livros de porta]: 1926-1927.*
[Cota: A-PUB2615]

Artigos de revistas citados

- ALMEIDA, Avelino (1932, 23 de abril) – *Cinema Educativo: A Alemanha no primeiro lugar Europeu*. «Cinéfilo». Ano 5, N.º 192.
BELLUS, Jean (1935, 6 de abril) – *História antiga* [Reprodução de tira cómica]. «Cinéfilo», Ano 7, N.º 346.
BRAGA, Munhoz (1937, 15 de agosto) – *O cinema educativo não é apenas um divertimento*. «Objectiva». Ano 1, N.º 3.
C.B. (1952, janeiro) – *O «Clube Imagem» será o grande Cine-Clube de Lisboa*. «Imagem», N.º 13.
COSTA, Alves (1952, novembro) – *Cinema para crianças*. «Imagem», N.º 31.
CINE-CLUB UNIVERSITARIO (1957, 20 de janeiro) – *Ver y entender*. «Cine-club universitario S.E.U.», N.º 88.
DIAS, A. Simões (1932, 5 de novembro) – *Ensino Visual*. «Cinéfilo». Ano 5, N.º 220.
FRAGOSO, Fernando (1932a, 12 de novembro) – *O cinema educativo, nos nossos liceus, vai ser, enfim, uma realidade*. «Cinéfilo». Ano 5, N.º 221.
____ (1932b, 30 de janeiro) – *O que há legislado sobre cinema escolar no «Estatuto do Ensino Secundário»*. «Cinéfilo». Ano 5, N.º 180.
FILHO, Sérgio Barreto (1932, 16 de julho) – *Cinema Educativo: as projecções luminosas como auxiliar no cinema escolar*. «Invicta Cine», Ano 10, N.º 177.
GASPAR, José da Natividade (1931a, 31 de outubro de) – *Editorial. Porque não exibimos «José do Telhado»*. «O Cinema do Operário». Ano 1, N.º 7.
____ (1931b) – *Editorial. «O Cinema do Operário»*. A. 1, N.º 9.

- JOÃO, António (1985, 1 de junho) – *Cineclube do Porto. O maior da Península*. «Plateia», N.º 997, Ano XXXIII.
- OJUEL, D. Antonio Abad (1956, 8 de dezembro) – [Sem título]. «Cine-club universitario S.E.U», N.º 86-87.
- PATINO, Basilio Martín (1959, abril de) – *Living desert de James Algar*. «Cinema Universitario», N.º 9.
- S.A. (1926a, 1 de setembro) – *Biblioteca Cinema*. «O cinema educativo», N.º 1.
- ____ (1926b, 1 de setembro) – *Sessões de cinema instrutivo e recreativo*. «O cinema educativo», N.º 1.
- ____ (1926c, 1 de novembro) – *Uma boa nova*. «O cinema educativo», N.º 3.
- ____ (1927a, 1 de janeiro) – *Biblioteca-Cinema-Infantil*. «O cinema educativo», N.º 5.
- ____ (1927b, 1 de maio) – *Cinema ao ar livre*. «O cinema educativo», N.º 8.
- ____ (1928, 15 de fevereiro) – *O cinema como meio educativo*. «Invicta Cine», Ano 5, N.º 36.
- ____ (1930, 18 de abril) – *Cinema pedagógico*. «Crónica Cinematográfica», N.º 4.
- ____ (1935a, 2 de dezembro) – *San Paio o grande artista português fala a «Cine Jornal»*. «Cine Jornal», Ano 1, N.º 7.
- ____ (1935b, 30 de março) – *O exemplo do liceu Camões*. «Cinéfilo», Ano 7, N.º 345.

Decretos

- Decreto n.º 13564 (1927, 6 de maio). *Diário do Governo*, N.º 92, I Série, pp. 689-794. Disponível em linha no *Diário da República Eletrónico*. <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/467443/details/normal?q=Decreto+n.º+C2%BA%2013564>> (consultado a 15 de abril de 2019).
- Decreto n.º 20741 (1932, 11 de janeiro). *Diário do Governo*, N.º 8, I Série, pp. 86-108. Disponível em linha no *Diário da República Eletrónico*. <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/484462/details/normal?q=Decreto+n.º+C2%BA%2020741>> (consultado a 15 de abril de 2019).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Pedro M. (2018, 13 de novembro) – *Amplificar o real pela essência pedagógica do cinema*. «Público». Disponível em < <https://www.publico.pt/2018/11/13/culturaipilon/opiniao/amplificar-real-essencia-pedagogica-cinema-1850782>>.
- BAECQUE, Antoine de (1991) – *Cahiers du cinéma. Histoire d'un revue : à l'assaut du cinéma (1951-1959)*. Paris: Cahiers du Cinéma.
- BRUZZO, Cristina (2004, janeiro / abril) – *Filme «Ensinante»: o interesse pelo cinema educativo no Brasil*. «Pro-Posições», Vol. 15, N.º I (43).
- CATELLI, Rosana Elisa (2008) – *Cinema educativo: 1920 a 1930. A educação das massas e a educação do cinema nacional*. [Não editado]. Apresentação de trabalho no 6.º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho: 200 anos de mídia no Brasil – Historiografia e Tendências, realizado pela UFF em Niterói / Rio de Janeiro (Brasil). Disponível em http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/?b_start:int=100>. [Consulta realizada em 15/11/2018].
- CUNHA, Paulo (2006) – *O Cinema e a Educação no Estado Novo: O Caso da Comissão de Cinema Educativo (1932)*. «Revista Estudos do Século XX», n.º 6, p. 353-367.
- ____ (2013) – *Cineclubismo e censura em Portugal (1943-65)*. [Não editado] Comunicação apresentada no II Congresso Internacional História e Literatura nos cinemas em espanhol e português, Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Disponível em < https://www.academia.edu/7880821/Cineclubismo_e_Censura_em_Portugal_1943-65_2013_>. [Consulta realizada em 15/3/2019].
- CUNHA, Paulo Manuel Ferreira da (2014) – *O novo cinema português. Políticas públicas e modos de produção (1949-1980)*. Coimbra: Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.
- COSTA, Isabel Alves (2008) – *E nós? O cineclube infantil*. In REAL, Manuel Luís; BRAGA, Maria Helena Gil (2008) – *Filmes na Invicta: a militância do cineclube do Porto. A propósito dos 100 anos de Manoel de Oliveira*. Porto: Câmara Municipal.

- DUARTE, Joana Isabel Fernandes (2018) – «Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas»: Uma abordagem da imprensa cinematográfica em Portugal (1930-1960). Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto. Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre.
- EPHEMERA (2014, 3 de julho) – Espólio de José Borrego: Programas do Cine-club do Porto – sessões infantis. *Ephemeris: biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira*. [Website]. Disponível em <<https://ephemerajpp.com/2014/07/03/espolio-de-jose-borrego-programas-do-cine-club-do-porto/>>. [Consulta realizada em 18/04/2019].
- FERRANDO, Jorge Nieto; MONTERDE, José Enrique (2018) – *La prensa cinematográfica en España (1910-2010)*. [s.l.]: Shangrila.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique (2003) – *A Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional*. «História da Educação», Vol. 7, n.º 14, pp. 97-140.
- MORETTIN, Eduardo Victorio (1995, setembro/dezembro) – *Cinema educativo: uma abordagem histórica*. «Comunicação e educação», Vol. 4, pp. 13-19.
- OLIVEIRA, Lia Raquel (2009) – *Cinema educativo e construção social da realidade: criando identidades através da leitura e da escrita do mundo com o audiovisual*. «Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia». Braga: Universidade do Minho.
- PACHECO, Raquel (2016) – *Panorama do cinema e educação em Portugal: perspectivas históricas e desafios atuais*. «Revista de Linguagem do Cinema e do Audiovisual», n.º 1.
- PEREIRA, Francisco Diogo Mota Soares (2016) – *O cinema no ensino da História e Geografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre.
- REIGADA, Tiago dos Santos (2013) – *Ensinar com a Sétima Arte: O espaço do cinema na Didática da História*. Porto: [edição de autor].
- RIBEIRO, Cláudia; ALVES, Luís Alberto (2014) – *Uso do cinema na didática da História*. In ALVES, Luis Alberto; GARCÍA, Francisco García; ALVES, Pedro [coord.] (2014) – *Aprender del cine: narrativa y didáctica*. Madrid: Icono14 / CITCEM, pp. 149-177.
- RODRIGUES, Jéssica Pestana Matos Lima (2016) – *Cinema e pedagogia. Estágio no Indie Lisboa*. Relatório de estágio de Mestrado em Estudos Artísticos apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [edição de autor].
- VIEIRA, Mário Lázaro Santos (2010) – *A escola prática comercial Raul Dória: memória de um espaço de ensino comercial (1902-1964)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.